

PERCEPÇÃO SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ÂMBITO RURAL: O CASO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DA SERRA OLHO D'ÁGUA EM JARDIM-CEARÁ

ROSIVANIA TEMOTEO DOS SANTOS¹; MARIA JEANNE GONZAGA DE PAIVA²; MARIA MESSIAS FERREIRA LIMA³; RONALD DE ALBUQUERQUE E FIGUEIREDO⁴

¹Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Regional do Cariri. E-mail: genur@urca.br

²Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-(UERN); Engenheira Agrônoma pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido-(UFERSA); Licenciatura Plena em Programa de Formação Pedagógica pela Universidade Estadual do Ceará-(UECE); Mestrado em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará-(UFC) e Doutorado em Economia pela Universidade Federal Fluminense-(UFF). Atualmente é Docente do Departamento de Economia da URCA. E-mail: jeanne.paiva@urca.br

³Economista pela Universidade Federal do Ceará (UFC), mestrado em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Doutora em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professora na Universidade Regional do Cariri - URCA. Coordena o grupo de pesquisa Laboratório de Estudos Aplicados em Desenvolvimento Rural (LEADR). Desenvolve atividades na área de Economia, com ênfase em Economia Política, desenvolvimento rural, questão agrária e agricultura familiar. E-mail: messias.lima@urca.br

⁴Possui graduação em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará (1975) e mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (1987). Doutorando em Educação na Universidade Federal do Ceará. Atualmente é professor efetivo adjunto 12 da Universidade Regional do Cariri. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia Rural e Educação do Campo. E-mail: ronaldalbuquerque@yahoo.com.br

RESUMO

As políticas públicas designadas aos agricultores familiares são cruciais para a melhoria da qualidade de vida dos seus beneficiários, visto que contribuem para manter estas pessoas no meio rural. Este estudo tem como objetivo demonstrar a percepção dos membros da Associação Comunitária da Serra Olho D'Água acerca das políticas públicas desenvolvidas no contexto rural. Pesquisa de abordagem qualitativa e de natureza descritiva, baseada em dados primários coletados a partir de 69 questionários aplicados aos associados. Ao se analisar os resultados, verificou-se que 58% dos integrantes estão na referida associação há mais de cinco anos; a maior parte dos associados (28,99%) está na faixa etária de 46 a 55 anos; 36,23% possuem o Ensino Médio completo; 70% são mulheres; 92,75% se identificam como pardos e 81,16% são casados. Entre os associados, 71% tiveram acesso a políticas públicas, com destaque para os Programas Cisternas para Todos, Bolsa Família, Pronaf, Garantia Safra e Minha Casa Minha Vida. Tais programas têm desempenhado um papel capital no desenvolvimento da comunidade e das famílias, malgrado persistam desafios como a falta de apoio do poder público do poder público e a urgência de uma união mais efetiva entre os membros da comunidade.

Palavras-chave: Percepção; Políticas Públicas; Associação; Jardim; Ceará.

PERCEPTION OF PUBLIC POLICIES IN THE RURAL FRAMEWORK: THE CASE OF THE COMMUNITY ASSOCIATION OF SERRA OLHO D'ÁGUA IN JARDIM-CEARÁ

ABSTRACT

Public policies designed for family farmers are crucial to improving the quality of life of their beneficiaries, since they help keep these people in rural areas. This study aims to demonstrate the perception of members of the Serra Olho D'Água Community Association regarding public policies developed in the rural context. This is a qualitative and descriptive study based on primary data

collected from 69 questionnaires administered to members. When analyzing the results, it was found that 58% of the members have been in the association for more than five years; most members (28.99%) are between 46 and 55 years old; 36.23% have completed high school; 70% are women; 92.75% identify as mixed race; and 81.16% are married. Among the members, 71% had access to public policies, with emphasis on the Cisternas para Todos, Bolsa Família, Pronaf, Garantia Safra, and Minha Casa Minha Vida programs. Such programs have played a key role in community and family development, despite challenges such as the lack of support from public authorities and the urgency of more effective unity among community members.

Keywords: Perception; Public Policies; Association; Garden; Ceará.

1 INTRODUÇÃO

As políticas públicas consistem em objetivos delineados que orientam as ações dos governos constituídos e promovem a interação com a sociedade visando ao bem-estar social. Comumente, elas são elaboradas em documentos como leis, programas e linhas de financiamento, que exigem a alocação de recursos para sua realização. Pode-se entender essas políticas como a concretização da atuação do Estado, que implementa um projeto governamental por meio de programas focados em setores específicos da sociedade, buscando resultados sustentáveis a longo prazo. Isso é feito por meio da identificação de mecanismos que contribuam um futuro com menos desigualdade nas esferas política, social e econômica.

Frey (2000) concebe as políticas públicas como um instrumento pelo qual o Estado atua com a finalidade de atenuar os conflitos e desigualdades sociais, especialmente em áreas rurais. Essas políticas emergem a partir dos interesses variados das diferentes camadas da sociedade, em que a participação política desempenha um papel crucial na definição da área de atuação e dos recursos alocados para essas iniciativas.

Na década de 1990, o Estado brasileiro deu início à criação de um conjunto de políticas públicas destinadas à agricultura familiar, a exemplo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), de 1996, então responsável por desencadear outras inúmeras políticas com foco no desenvolvimento rural, com o objetivo de garantir novos espaços de participação social e acesso a direitos.

Tais conquistas foram viabilizadas graças à mobilização de organizações sociais rurais, como sindicatos agrícolas e associações comunitárias que reúnem grandes e pequenos produtores. Estas entidades se dedicam a defender os interesses de seus membros e da comunidade em geral, englobando aspectos culturais, econômicos, públicos e sociais.

Isso posto, dadas as dificuldades enfrentadas pelos agricultores ao longo dos anos, esta pesquisa tem por objetivo demonstrar a percepção dos associados da Associação Comunitária da Serra Olho D'Água em Jardim (CE) em relação às políticas públicas no âmbito rural. Essa Associação foi escolhida dada à acessibilidade de obtenção dos dados.

A estrutura do artigo além a introdução e das considerações finais, tem a seção do referencial teórico, da metodologia, da caracterização da área de estudo e dos resultados e discussão.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para um melhor entendimento a propósito da função do Estado nas políticas públicas, é fundamental esclarecer em que consistem tais políticas. Por definição, as políticas públicas dizem respeito a um conjunto de ações e decisões adotadas pelo governo com o intuito de atender, em caráter prioritário, demandas específicas consideradas de interesse público, envolvendo diversos agentes que constroem e formalizam o papel do Estado em relação à temática social (Silva *et al*, 2007).

No contexto das políticas públicas, suas funções fundamentais incluem: (i) o planejamento, que envolve a identificação das necessidades e a elaboração das políticas sociais, definindo também metas e objetivos; (ii) o orçamento, que determina quais recursos serão alocados, especificando o valor a ser distribuído conforme o cronograma estabelecido; (iii) e a execução, que coloca em prática todas as ações previamente planejadas, além de avaliar e ajustar a política conforme a demanda. Com efeito, as políticas públicas desempenham um papel crucial, servindo como o mecanismo pelo qual o governo executa sua agenda consoante ao atendimento das necessidades da população manifestas e atualizadas pelos programas sociais.

Dessa forma, entende-se que as políticas públicas exercem um papel importante, pois é o modo utilizado para a realização das ações do governo. Sendo possível a partir de elas realizar e executar as necessidades da população, avaliar as ações governamentais e o maior desenvolvimento de programas sociais.

Segundo Feijó (2005), as políticas públicas são caracterizadas como atributos do desenvolvimento capitalista em resposta às demandas de uma sociedade em crescimento. Entender suas bases não é uma tarefa simples, visto que se manifestam através de um processo que envolve criação, execução e resultados almejados pelos governos municipal, estadual e federal para garantir o acesso a bens e ao exercício da cidadania.

O supracitado processo é tal que requer a distribuição de poder para que decisões possam ser tomadas e para que se busque um equilíbrio entre os custos e os benefícios sociais. Portanto, para que uma política pública seja bem-sucedida, convém estabelecer objetivos constitucionais que possam gerar resultados a longo prazo, por meio da identificação de mecanismos que promovam um futuro com menos desigualdade socioeconômica e política.

A elaboração de políticas públicas ocorre por meio de cinco etapas interconectadas: (1) a primeira consiste na formação da agenda, na qual são definidas as prioridades; (2) a segunda se relaciona à formulação de propostas que envolvam soluções ou alternativas; (3) a terceira diz respeito ao processo de tomada de decisão sobre quais ações adotar; (4) a quarta etapa envolve a implementação das ações; (5) e, por último, a quinta fase é dedicada à avaliação (Caldas, 2008).

Na década de 1990, o Brasil começou a desenvolver uma série de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar. Este movimento foi impulsionado por mobilizações de organizações sociais, especialmente as do campo, e por pesquisas científicas que evidenciavam a relevância socioeconômica dessa parcela de agricultores. Entre as políticas públicas então implementadas pelo governo brasileiro, destaca-se o Pronaf.

O Pronaf foi estabelecido com base no Decreto Presidencial nº 1.946, de 28 de junho de 1996, tendo como principal finalidade impulsionar o desenvolvimento sustentável dos agricultores familiares. Seu foco é aumentar a capacidade produtiva destes agricultores, garantir a criação de empregos, elevar a renda e melhorar a qualidade de vida. Um aspecto importante do programa é a oferta de taxas de juros bastante reduzidas para financiamentos rurais, além de conter um índice de inadimplência inferior ao de outros sistemas de crédito no Brasil (Brasil, 2019).

A implementação do Pronaf representou um marco nas políticas públicas voltadas para o meio rural brasileiro, especialmente após a redemocratização do país. Este programa visa adaptar as políticas públicas a fim de favorecer a integração dos agricultores ao mercado. Compreendendo a realidade e as necessidades desse grupo, o Pronaf objetiva disponibilizar infraestrutura que melhore a produção, promover a capacitação dos agricultores no uso de tecnologias e incentivá-los a participar dos mercados (Mattei, 2015).

Grisa e Schneider (2015) sublinham que o Pronaf não deve ser confundido com iniciativas de assistência social. Antes, constitui em uma prioridade do governo federal para promover o crescimento da agricultura familiar, reconhecida por sua eficiência tanto econômica quanto social.

Um aspecto relevante relacionado ao Pronaf é que, a partir das intensas lutas dos agricultores e da promulgação da Constituição Federal de 1988, ele se tornou um catalisador para a criação de diversas outras políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural, incluindo o programa Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, Cisternas, Garantia-Safra, Programa de Aquisição de Alimentos, Programa Nacional de Alimentação Escolar e Luz para Todos.

Em 2002, foi implementado o Programa Garantia-Safra com o intuito de assegurar uma fonte de renda para os agricultores do Nordeste que enfrentaram perdas em suas colheitas, seja por secas severas ou chuvas excessivas. Além disso, o programa de Habitação Rural, atualmente integrado ao Minha Casa Minha Vida, também foi criado nesse contexto (Grisa; Schneider, 2015).

De acordo com Grisa e Schneider (2015), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) impulsionou a agricultura familiar em razão da elaboração da Lei 11.947, de 16 de junho de 2009, e de mudanças no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), as quais possibilitaram alocar 30% dos recursos oriundos do governo federal na compra da alimentação escolar. Já a partir de 2012, o PAA garantiu e permitiu aos órgãos municipais, estaduais e federais adquirir alimentos produzidos por agricultores que fazem parte do programa e destinem tais alimentos para instituições como escolas, hospitais, entre outros.

Em contrapartida, o Programa Bolsa Família tem como objetivos o combate à fome, à pobreza e às desigualdades por meio da transferência de um benefício financeiro que visa garantir acesso aos direitos sociais básicos, tais como saúde, educação, assistência social e segurança alimentar, o que concorre para promover a inclusão social e a emancipação das famílias por ele beneficiadas a fim de lhes prover meios e condições capazes de evadirem-se da situação de vulnerabilidade (Paiva *et al*, 2013).

De acordo com Rocha (2015), o Programa Bolsa Família contribui para a inclusão social de milhões de famílias brasileiras que se encontram em situação de miséria, com alívio imediato de sua situação de pobreza e de fome. Além disso, busca estimular um melhor acompanhamento quanto ao atendimento do público-alvo pelos serviços de saúde, bem como auxilia a superar indicadores ainda considerados dramáticos que marcam, por exemplo, as trajetórias educacionais de crianças mais pobres, como os altos índices de evasão, repetência e defasagem entre a idade e a série, fatores que contribuíam para a ocorrência do aumento da pobreza e da vulnerabilidade.

Subjaz ao Programa Bolsa Família o entendimento segundo o qual a desigualdade social no Brasil também se expressa pela desigualdade na situação educacional e de acesso à saúde (Souza, 2016). Portanto, o Programa tem como amparo o aumento da renda familiar decorrente dos auxílios por meio dos quais poder-se-ia realizar uma maior inclusão social das famílias beneficiadas, possibilitando-lhes o acesso à educação básica, ao ensino técnico, à educação superior e ao trabalho especializado, sobretudo porque não é mais necessário o trabalho infantil para o sustento da família.

Entretanto, o Programa Garantia-Safra foi instituído pela Lei nº 10.420, de 10 abril de 2002, posteriormente alterada pela Lei nº 10.700, de 9 de julho de 2003. O Programa constitui em um mecanismo de inclusão social que objetiva garantir renda mínima aos agricultores de base familiar na região semiárida do Brasil. Em particular, quando nesta região há perda de no mínimo 50% da safra em decorrência do agravamento da seca ou do excesso de chuva consoante parecer técnico pelas entidades competentes. O Programa está inserido no círculo de abrangência do Pronaf, a princípio, voltado às famílias de agricultores que vivem no Nordeste brasileiro e no Norte dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo (Silva, 2014).

Lançado em 2009, o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) alegadamente duraria dois anos, tendo como propósito beneficiar a população com um milhão de moradias (Franco, 2012). Em 2012, principiou sua segunda fase cuja extensão seria de mais dois anos e previsão de dois milhões de novas habitações entregues no final do Programa. Nesta nova fase, foram feitos ajustes de modo a atender o número máximo de famílias carentes (Saporito, 2015).

No meio rural brasileiro, as associações se encontram de forma expressiva, principalmente compostas por agricultores familiares que começam a assumir o papel de sujeitos sociais com deveres e direitos básicos que devem ser garantidos para sobreviverem na área rural (Alcântara; Lisboa, 2019).

Define-se o associativismo rural como a atividade organizacional coletiva que visa obter benefícios comuns para todos os participantes, sem nenhum objetivo lucrativo. A percepção e a busca de direitos dependem de práticas organizacionais coletivas no campo. Assim, pode-se dizer que esta prática associativa é resultado da luta social constante no espaço rural por melhores condições de vida e por um reconhecimento que ofereça certa integração nos domínios social, econômico e cultural (Alcântara; Lisboa, 2019).

As batalhas começam na perspectiva da estruturação social e das formas de territorialidade, por isso é possível pensar nas lutas e nos desejos do pequeno agricultor, bem como na importância da associação, participação, organização e consciência como caminho para tais conquistas. Assim, aumentar a capacidade organizacional e a participação dos agricultores é essencial para aumentar sua representatividade (Alcântara; Lisboa, 2019).

Kageyama (2004) concebe o desenvolvimento rural como um conceito bastante abrangente, uma vez que se manifesta em diferentes momentos, lugares e estruturas sociais. Por meio do desenvolvimento das comunidades rurais, pode-se estabelecer um novo modelo para o setor agrícola, que envolve a geração de novos produtos e serviços, além de fomentar a criação de mercados inovadores e a redução de custos através da implementação de tecnologias que revitalizem a agricultura. Por sua vez, Navarro (2001) descreve o desenvolvimento rural como

uma ação integrada que busca promover transformações no contexto rural. Convém destacar que, malgrado as mudanças ao longo do tempo, os conceitos ressaltam a importância de assegurar o bem-estar das comunidades rurais.

O associativismo proporciona ao agricultor trabalhar em grupo e conseguir um desenvolvimento satisfatório com bons resultados, além de ajudá-los a ingressar no mercado. Essas ações associativistas contribuem para a permanência do homem no campo, reduzindo o êxodo para as periferias, assim como o desemprego e a criminalidade (Villela, 2006)

Ao longo do tempo, as associações vêm desempenhando um papel bastante importante, pois se tornaram um instrumento de conquistas e objetivos igualitários, concorrendo para oportunizar um melhor acesso a bens e serviços. Com efeito, as associações rurais envolvem camadas sociais das mais diferentes situações e têm uma maior facilidade de união com outras representações como os sindicatos, as cooperativas, entre outros, com o intuito de fortalecer e abrir caminhos para as mais diversas ações (Bezerra, 2013).

A experiência mostra que as associações de pequenos produtores rurais constituem canais legítimos de defesa de condições dignas de existência e de trabalho, muito embora se possa referir à baixa efetividade de suas ações e que nem sempre contam com representatividade (Bezerra, 2013).

METODOLOGIA

A pesquisa é de abordagem qualitativa que de acordo com Almeida (2021) a interpretação dos acontecimentos e as relações têm muitos significados, além do mais, existe um vínculo entre o mundo objetivo e o sujeito.

O Estudo é de natureza aplicada, pois conforme Prodanov e Freitas (2013) a pesquisa aplicada contem verdades e interesses locais. E, de acordo com os objetivos é do tipo descritiva. Conforme Gil (2023) a pesquisa descritiva tem como objetivo a descrição das características de determinada população.

O estudo utilizou a pesquisa *survey* através de questionários aplicados a sessenta e nove questionários aos integrantes da Associação Comunitária da Serra Olho D'Água, no município de Jardim-CE. De acordo com Flick (2013) o estudo de questionário tem por objetivo receber respostas comparáveis de todos os participantes. Posteriormente foi realizada uma análise tabular dos dados primários coletados.

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A Associação Comunitária da Comunidade Serra Olho D'Água foi fundada no dia 10 de agosto de 1995, constituindo-se como uma empresa privada. Objetiva representar a comunidade no desenvolvimento econômico e social, tomando decisões em conjunto e se mobilizando para que possa garantir direitos e melhorias para a comunidade, além de auxiliar os agricultores (Cadastro Nacional, 2017).

A Comunidade Serra Olho D'Água está localizada à quatro quilômetros do município de Jardim-CE. Dividida por uma enorme mata fazendo parte da Chapada do Araripe e conhecida pela sua fonte natural, chamada de bica do olho d'água, pelo cruzeiro de Mãe Baioca localizado na comunidade, tornando-se um ponto turístico do município, visto que chama a atenção de todos pela sua vista.

O município de Jardim está localizado no extremo sul do Estado do Ceará, sendo compreendido pela Mesorregião Sul Cearense e integrando, além da Microrregião do Cariri, a Região Metropolitana do Cariri. Está situada a uma distância de aproximadamente 435 km de Fortaleza, capital do Estado. O município tem uma população de 26.688 habitantes, sendo que 63,30% dessa reside na zona rural (IBGE, 2010).

São identificados no município dois tipos de clima, a saber, o tropical quente subúmido e o tropical quente semiárido brando. Sua média pluviométrica é de 790,4mm no ano, com temperatura média anual entre 22° e 24°C. O município se destaca na região por apresentar várias fontes de água mineral, das quais muitas estão secas ou com vazão reduzida em decorrência da ação humana. A água que abastece a cidade é proveniente de algumas dessas fontes. O município de Jardim pode ser descrito como um vale que é abraçado pela Chapada do Araripe e, por esse motivo, a cidade é conhecida como a Rainha das Chapadas do Nordeste (IPECE, 2015; Jardim, 2017).

A economia de Jardim gira basicamente em torno do setor de serviços; a renda que movimenta o comércio da cidade é, em quase sua totalidade, dos salários dos servidores públicos municipais, dos aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e do pagamento dos beneficiários do Programa Bolsa Família. A subsistência ou complementação da renda da maioria das famílias que não possuem esses tipos de fontes de renda, ou que estas sejam insuficientes, se dá pela pequena agricultura ou criação de animais. Os principais produtos agropecuários produzidos no município são: o feijão, o milho e a mandioca (Alencar; Justo; Alves, 2017).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em relação ao perfil dos associados, observa-se que 70% dos entrevistados são do sexo feminino (Tabela 1). Tal prevalência pode ser explicada pelo fato de ainda existir a necessidade de deslocamento da população masculina para outras regiões em busca de emprego e renda em determinados períodos do ano.

Tabela 1 - Frequência absoluta e relativa dos membros da Associação Comunitária da Serra Olho D'Água de acordo com o sexo no município de Jardim (2019)

Sexo	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Feminino	48	70
Masculino	21	30
Total	69	100

Fonte: acervo dos autores, 2019.

Em entrevista aos membros da Associação, observou-se que 81,16% são casados; 92,75% se declaram pardo; 58% estão na associação há mais de cinco anos. É importante salientar que alguns desses estão na associação desde a sua fundação, em 10 de agosto de 1995.

A Tabela 2 apresenta a faixa etária dos associados, o intervalo com maior representatividade encontra-se de 46 a 55 anos com 28,99% do total.

Tabela 2 - Frequência absoluta e relativa de acordo com a faixa etária dos associados da Associação Comunitária da Serra Olho D'Água no município de Jardim (2019)

Idade	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
18 a 25 anos	6	8,70
26 a 35 anos	19	27,54
36 a 45 anos	15	21,74
46 a 55 anos	20	28,99
mais de 55	9	13,04
Total	69	100

Fonte: acervo do autor, 2019.

A Tabela 3 elenca o grau de escolaridade dos associados: 7,25% não sabem ler e nem escrever, destacando com mais prevalência os que possuem Ensino Médio completo (36,32%); apenas 2,90% dos associados chegaram a cursar o Ensino Superior, mas não concluíram, enquanto o mesmo percentual equivale às pessoas que concluíram o Ensino Superior.

Tabela 3 - Frequência absoluta e relativa de acordo com o grau de escolaridade dos associados da Associação Comunitária da Serra Olho D'Água no município de Jardim (2019).

Escolaridade	Frequência Absoluta	Frequência relativa (%)
Analfabeto	5	7,25
Ens. Fund. Incompleto	21	30,43
Ens. Fund. Completo	13	18,84
Ens. Médio Incompleto	1	1,45
Ens. Médio Completo	25	36,23
Ens. Sup. Incompleto	2	2,90
Ens. Sup. Completo	2	2,90
Total	69	100

Fonte: acervo dos autores, 2019.

Com base na Tabela 4, observa-se que dos 69 entrevistados, 55,07% trabalham na agricultura; 2,90% são servidores públicos do município; 15,94% são donas de casas, pois trabalham no lar sem remuneração desenvolvendo trabalhos domésticos; 5,80% já estão aposentados; 4,35% praticam atividades informais em suas residências como costureiras e manicure; 2,90% trabalham na agricultura e fora de casa (em atividades domésticas e carpintaria) – mesma porcentagem para aqueles que trabalham na agricultura e em casa informalmente; e 10,14% exercem outras atividades.

Tabela 4 - Frequência absoluta e relativa com base nas atividades praticadas pelos associados da Associação da Serra Olho D'Água no município de Jardim (2019).

Atividades praticadas	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Agricultura	38	55,07
Servidor público	2	2,90
No lar sem remuneração	11	15,94
Aposentado	4	5,80
Atividades informais	3	4,35
Agricultura e fora de casa	2	2,90
Agricultura e em casa informalmente	2	2,90
Outros	7	10,14
Total	69	100

Fonte: dados da pesquisa direta, 2019.

Por meio da Tabela 5, percebe-se que 20% dos associados estão na Associação há menos de três anos; 9% está há três anos; 7% estão há 4 anos; 6% estão na Associação há 5 anos e 58% dos entrevistados estão há mais de 5 anos. Importa salientar que alguns estão na Associação desde a sua fundação, em 10 de agosto de 1995.

Tabela 5 - Frequência absoluta e relativa com base nos anos de permanência na Associação da Serra Olho D'Água no município de Jardim (2019).

Anos de associação	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Menos de 3 anos	14	20
Durante 3 anos	6	9
Durante 4 anos	5	7
Durante 5 anos	4	6
Mais de 5 anos	40	58
Total	69	100

Fonte: acervo dos autores, 2019.

A Associação enfrenta diversos desafios, sendo um dos principais a alta taxa de desistência dos participantes. A conquista de algum projeto por parte da Associação desperta o interesse de muitas pessoas. Entretanto, como a sua implementação está condicionada a outras instâncias, o processo é lento, levando a uma série de desistências. Além disso, a falta de divulgação e de estrutura adequada também se revela um obstáculo significativo. Desde sua fundação, uma das dificuldades mais relevantes, da Associação é a carência de apoio dos órgãos públicos, tanto federais quanto municipais.

As motivações que levam os indivíduos a se envolverem na Associação incluem o desejo de contribuir para o desenvolvimento da comunidade, a busca por melhores condições de vida e a geração de renda por meio da participação em programas de desenvolvimento rural. Outros fatores que atraem as pessoas são o acesso à aposentadoria e ao salário-maternidade, uma vez que a Associação constitui em um meio de comprovar a condição de ser agricultor.

Em relação às políticas públicas, é possível constatar, na Tabela 6, que a Associação propiciou o acesso a estas políticas a 71% dos sócios; alguns participaram somente do Programa Cisternas; e outros foram contemplados por várias políticas, com destaque para o Bolsa família, o Pronaf, o Garantia-Safra, o Luz para todos, o Minha Casa Minha Vida e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Tabela 6 - Frequência absoluta e relativa da participação nas políticas públicas dos associados da Associação da Serra Olho D'Água no município de Jardim (2019)

Beneficiado com políticas públicas	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Sim	49	71
Não	20	29
Total	69	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Dos entrevistados, 57,97% afirmaram que conseguiram ser contemplados com políticas públicas pela via da Associação, revelando-se uma facilitadora de acesso. Dentre os programas

disponibilizados, o que mais contribuiu para o seu desenvolvimento foi o Cisternas para todos. Não obstante, vale mencionar o Projeto Trator, o qual veio auxiliar o agricultor no desenvolvimento de suas atividades, principalmente no período de preparação da terra para o plantio, assim como o Programa Minha Casa Minha Vida.

Para que a Associação seja mais eficaz, os sócios entrevistados apontaram a necessidade de uma maior participação da comunidade e que os associados estejam em dia com suas mensalidades. A união é tal que fortalece a entidade para superar desafios, pois a quantidade de associados ainda é pequena em comparação com o número de habitantes da comunidade. Para alcançar melhores resultados e aumentar o engajamento da população, algumas áreas podem ser aprimoradas, como a atuação dos membros da diretoria, a transparência na comunicação das informações, a prestação de contas mensal, a pontualidade nos serviços, o fomento ao diálogo, o apoio de órgãos públicos e um maior esforço por parte dos associados na busca por seus direitos.

Segundo os entrevistados, 76,81% estão de acordo com o fato segundo o qual as políticas públicas, atualmente disponíveis, a exemplo do Programa Bolsa Família, Pronaf, Garantia-Safra, Minha Casa Minha Vida, contribuíram para mitigar a pobreza entre as famílias de baixa renda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal propósito desta pesquisa foi compreender como os associados percebem as políticas públicas implementadas. Atualmente, a Associação Comunitária da Serra Olho D'Água conta com 69 sócios ativos, predominantemente mulheres casadas que se identificam como pardas.

Entre os associados, 30,43% não completaram o Ensino Fundamental, uma vez que começaram a trabalhar na agricultura desde jovens para ajudar seus pais. Por outro lado, 36,23% concluíram o Ensino Médio, o que é um resultado positivo, visto que essa parcela tem uma formação escolar mais avançada em comparação aos que nunca tiveram acesso a estudos ou precisaram interromper sua educação para entrar no mercado de trabalho.

Em relação às políticas públicas do Governo Federal, observa-se que a maioria dos associados declarou estar envolvida em pelo menos uma iniciativa pública, como o Programa Cisternas. Embora seja implementado em etapas, este Programa conseguiu beneficiar toda a comunidade, a qual teve acesso a outras iniciativas públicas, como Bolsa família, Pronaf, Garantia-Safra e Minha Casa Minha Vida.

Esses programas têm sido de suma importância para a comunidade, mesmo em casos que produzam apenas para o próprio consumo. Embora já tenham tido acesso, ainda existem projetos destinados para a comunidade que não são executados devido à grande falta de apoio por parte dos órgãos públicos, considerado como um dos principais problemas enfrentados pela comunidade.

Pode-se perceber que os programas são criados com o intuito de reduzir a pobreza, destacando-se o Programa Bolsa Família, que associa as transferências de renda a medidas referentes às áreas da educação, saúde e assistência social. Em não havendo as intervenções do Estado, certamente o quadro de carências e de pobreza seria maior do que é atualmente.

O papel da Associação é relevante, pois mostra a necessidade de se organizar e pensar de forma coletiva para o crescimento de todos, nomeadamente reivindicando por melhorias e buscando parcerias para concretizá-las.

De uma forma geral, a percepção é positiva quanto à atuação da Associação na comunidade. Entretanto, ainda são necessários o engajamento consistente e a participação dos agricultores e das agricultoras no fortalecimento da política local. Pro fim, mas não menos importante, interessa salientar que as associações são fundamentais para o alcance de um desenvolvimento rural sustentável.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, M. O.; JUSTO, W. R.; ALVES, D. F. Os efeitos do Programa Uma Terra E Duas Águas (P1+2) sobre a qualidade de vida do pequeno produtor rural do semiárido nordestino: o caso do município de Jardim (CE). In: 55º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia Administração e Sociologia Rural, 2017, Santa Maria/RS. **Anais...** da 55º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia Administração e Sociologia Rural, 2017

ALMEIDA, Ítalo D'Artagnan. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]. Recife : UFPE, 2021. (Coleção Geografia).

BEZERRA, F. J. A. **Impactos do Bolsa Família sobre a educação dos assistidos pelo programa no estado do Ceará**. Crato-CE, 2016. 55 f. TCC (Ciências Econômicas) Universidade Regional do Cariri (URCA). Crato-CE, 2013

BRASIL, **Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1946.htm. Acesso em: 2 de set de 2019

CADASTRO NACIONAL, 2017. Disponível em: <https://www.brasilcnpj.com/empresa/associacao-comunitaria-da-serra-olho-dagua/c3hwobr>. Acesso em: 17 de nov de 2018.

CALDAS, R. W. (Coord.). **Políticas Públicas**: conceitos e práticas. Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008. v. 7. 48p. Disponível em: <<http://www.agenda21comperj.com.br/sites/localhost/files/MANUAL%20DE%20POLITICAS%20P%C3%9ABLICAS.pdf>>. Acesso em: 02 de mar de 2019

FEIJÓ, R. L. C. O programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar: um estudo sobre seus custos e benefícios. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 35, n. 3, p. 379-416. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4095>. Acesso em: 02 de set de 2019

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia**: um guia para iniciantes. Tradução: Magda Lopes. Revisão técnica: Dirceu da Silva. Porto Alegre: Penso, 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 7. Ed. [2. Reimp]. Barueri-SP: Atlas, 2023.

FRANCO, G. M. **Programa de aceleração do crescimento – P.A.C.** Discussão sociológica a respeito do mercado da habitação. Araraquara, 2012, 67f. Monografia (Ciências Econômicas). Faculdade de ciências e letras de Araraquara. Araraquara, 2012. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/119125/franco_gm_tcc_arafcl.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em 02 de set de 2019

FREY, K. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas** nº 21, 211-259. 2000 Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/89/158> Acesso em 02 de set de 2019

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil**. ed, 1º. UFRGS. Porto Alegre, 2015

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/jardim/panorama>. Acesso em: 04 de nov de 2018

IPECE – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **Perfil Básico Municipal**: Jardim. 2015. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil_basico/pbm-2015/Jardim.pdf>. Acesso em: 09 de nov 2018

JARDIM. Governo Municipal de Jardim. **A cidade. Jardim/Ceará**. Jan, 2017. Disponível em: <<http://www.jardim.ce.gov.br/>>. <http://www.jardim.ce.gov.br/informa.php?id=1>. Acesso em 09 de nov 2018

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural: conceito e medida. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**. Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, 2004 Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:nAxZyEhgX9MJ:https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/download/8702/4887+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&client=firefox-b-d> Acesso em 02 de set de 2019

LISBOA, Acssuel de Sousa; ALCANTARA, Fernanda Viana de O associativismo rural como estratégia de desenvolvimento para a agricultura familiar. **ParaOnde!?**, Porto Alegre, v.11, n.1, p.17-28, 2019. Edição Especial: “Geografia e transformações socioespaciais: dinâmicas

agrárias e políticas do desenvolvimento regional”. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/paraonde>. Acesso em 14 ago 2019

MATTEI, L. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF):** concepção, abrangência e limites observados. 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Lauro_Mattei/publication/237525551_PROGRAMA_NACIONAL_DE_FORTALECIMENTO_DA_AGRICULTURA_FAMILIAR_PRONAF_CONCEPCAO_ABRANGENCIA_E_LIMITES_OBSERVADOS_1/links/561c6bc208ae78721fa11639.pdf. Acesso em: 20 de ago de 2019.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 83-100, 2001 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/mqyB65BvYQ99XyWcY65zCvm/?lang=pt> Acesso em 02 de set de 2019

PAIVA, L. H; *et al.* **Do Bolsa Família ao Brasil sem miséria:** um resumo do percurso brasileiro recente na busca da superação da pobreza extrema. International Policy Centre For Inclusive Growth, no. 228, novembro, 2013. Disponível em: <http://ipcig.org/pub/port/IPCOnePager228.pdf>. Acesso em: 2 de set de 2019

PRODANOV, Cleber Cristiano. FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

ROCHA, M. A. **Impacto do Programa Bolsa Família sobre os padrões de consumo das famílias brasileiras.** Viçosa, 2015. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada) Universidade Federal de Viçosa. F. 143. Viçosa, 2015 Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/6877/1/texto%20completo.pdf> Acesso em 02 de set de 2019

SAPORITO, J. T. **Análise do Programa Minha Casa Minha Vida para empreendimentos voltados para famílias classificadas na faixa 1 do programa.** São Paulo, 2015. 122f – Monografia (economia setorial e mercados). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015 Disponível em: https://www.realestate.br/dash/uploads/sistema/Monografias_de_MBA/mono_julianatancinisaporoito.pdf Acesso em 02 de set de 2019

SILVA, A. G. F. da *et al.* A relação entre Estado e políticas públicas: uma análise teórica sobre o caso brasileiro. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 25-42, jan/abr 2017 Disponível em: https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:nS_WoWGamW8J:https://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/viewFile/72132/41081+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&client=firefox-b-d Acesso em 02 de set de 2019

SILVA, J. G. S. **Contribuições do Programa Garantia- Safra para a reprodução de Unidades produtivas Familiares Assentadas.** Fortaleza, 2014. Dissertação de Mestrado (Programa de pós-graduação em Economia Rural). 103 f. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2014. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/15349/1/2014_dis_jgssilva.pdf. Acesso em: 07 de abr de 2019

VILLELA, M. H. **A importância do associativismo para a pequena propriedade rural.** 2006. Disponível em: <http://www.paginarural.com.br/artigo/1352/a-importancia-do-associativismo-para-a-pequena-propriedade-rural>. Acesso em: 19 de maio de 2019.